

Governo não abre mão das reservas para pagar juros

BRASÍLIA — O Governo brasileiro não vai abrir mão das reservas cambiais, necessárias para manter a estabilidade econômica do País e efetuar o pagamento dos juros da dívida externa junto aos bancos, como sugere o Presidente do Citicorp/Citibank, maior credor estrangeiro privado do Brasil, John Reed. Embora o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, esteja disposto a dialogar com Reed, a possibilidade de uma mudança de posição, com relação ao comprometimento das reservas, por parte do Executivo brasileiro, foi terminantemente descartada ontem por diversos assessores da área econômica. Mailson tem almoço marcado com Reed para hoje, em Brasília, a convite do Citi.

Ainda que o País consiga negociar um acordo provisório que inclua a liberação de novos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o

que é algo duvidoso apesar do otimismo dos negociadores brasileiros que se encontram em Washington, é pouco provável que o Brasil possa efetuar o pagamento de US\$ 3,7 bilhões de juros devidos aos bancos credores no segundo semestre.

Isso porque, embora um acordo com o Fundo possa propiciar a liberação de diversos recursos — US\$ 800 milhões do próprio FMI, US\$ 800 milhões do Banco Mundial (Bird), US\$ 600 milhões da última parcela dos bancos credores e outros US\$ 600 de financiamentos japoneses — os ingressos não serão suficientes para fazer face ao total de pagamentos sem comprometer o nível de reservas que o Governo quer deixar de herança para o próximo Presidente.

Ao contrário do que possa parecer aos credores estrangeiros, a equipe econômica não tem qualquer inten-

ção de criar uma situação de confronto com a comunidade financeira internacional. Muito pelo contrário, a suspensão temporária do pagamento de alguns compromissos tem o objetivo claro de evitar que o País entre num processo de "argentinização", deflagrado pela dolarização da economia em virtude da queda nos níveis de reservas cambiais.

Na opinião do ex-Ministro da Fazenda Francisco Dornelles — que sempre defendeu o pagamento dos juros da dívida —, embora a atual equipe econômica do Governo mantenha uma atitude moderada e demonstre sua intenção de continuar negociando com a comunidade internacional, ao reivindicar o pagamento dos juros nas atuais circunstâncias, os bancos credores mais parecem querer levar a cabo um "saque de fim de Governo".